

ESQUECENDO LOUISE ROUGET

O problema do individualismo, da coletividade e das lembranças não-compartilhadas na História Oral e na cultura dos Estados Unidos

*Mary Marshall Clark**

Em termos de História Oral, gostaria de observar que o Departamento de Pesquisas sobre História Oral, da Universidade de Colúmbia, em Nova York, já não é o maior centro do mundo no tocante à História Oral. Talvez seja um dos mais antigos, mas tornou-se evidente para nós — graças ao movimento internacional — que a História Oral não é mais realizada apenas na América do Norte e na Europa, e é sobre isso que gostaria de falar nesta noite. Em primeiro lugar, constatei que a América Latina é um dos novos núcleos mundiais de História Oral. No ano passado, no Centro de História Oral, na cidade de Nova York, organizamos uma conferência internacional, com mais de quatrocentas pessoas, procedentes de cinquenta países. Até então, as reuniões internacionais sobre História Oral haviam sido eminentemente européias, portanto, a mudança foi drástica — desculpem, minha voz está ruim, mas é que estou apanhando um resfriado autenticamente brasileiro —, porém, aquela se revelou a primeira de uma nova espécie de conferência internacional, creio eu, em que houve verdadeira diversidade e autêntica representação. Talvez vocês gostassem de saber que nela estavam presentes mais de vinte brasileiros. Por isso, parece-me claro que este é um dos novos núcleos de História Oral no mundo.

Antes de mais nada, uma desculpa aos tradutores, que só receberam meu trabalho na última hora, devido à natureza desta conferência sobre História Oral que estamos realizando já faz quase duas semanas. Nossas idéias sofreram mudanças radicais desde que chegamos. Meus colegas, Lutz Niethammer, da Alemanha, Alistair Thomson, da

* Diretora-adjunta do Arquivo de História Oral da Universidade de Columbia.

Inglaterra e Sandro Portelli, da Itália — todos nós conversamos, discutimos e todos, sem exceção, mudamos radicalmente nossas idéias. Além disso, ao entrarmos em contato com as pessoas que, neste país, estudam História Oral e por ela se interessam, descobrimos que também reformularam seus conceitos. E isso ocorreu, ainda, em virtude da influência de Marieta, que nos repreendeu duramente por termos dado títulos tão desinteressantes aos trabalhos apresentados. Criei um título para um novo trabalho — *Forgetting Louise Rouget — The Problem of Individualism, Collectivity and Unshared Memories in the United States Oral History and Culture* (“Esquecendo Louise Rouget — O Problema do Individualismo, da Coletividade e das Lembranças Não-Compartilhadas na História Oral e na Cultura dos Estados Unidos”).

Muito bem. Vou contextualizar um pouco a polêmica iniciada em São Paulo. Cheguei atrasada, pois tenho um filho muito pequeno e várias responsabilidades domésticas e não pude assistir ao início da conferência. Sandro Portelli foi me esperar e me recebeu com um grande abraço — somos velhos amigos — e perguntou-me: “Sobre o que é seu trabalho?”, e respondi: “É sobre memória coletiva e como ninguém mais fala nesse assunto”, e ele observou: “Interessante esse tema; acabei de apresentar um trabalho sobre como ninguém mais *deve* falar em memória coletiva”. E foi essa minha primeira experiência aqui. Assim, vou discorrer um pouco a respeito de como se originou essa controvérsia e o que significa em termos de história da História Oral.

De várias formas, na América do Norte e até mesmo em regiões da Europa — é óbvio que, como norte-americana, posso falar apenas sobre os Estados Unidos — a História Oral tem sido feita, de várias maneiras, em um contexto altamente individualista e, na verdade, fragmentado. O que isso significa para a ética? Em primeiro lugar, vou explicar o que quero dizer. Nos Estados Unidos, a tendência é fazermos histórias orais para arquivos muito grandes, normalmente de universidades, aos quais o público tem acesso. Também são feitas para arquivos particulares — como no caso do projeto do *New York Times*, cujos arquivos não são abertos ao público. Nessas situações, a História Oral resume-se ao encontro de dois indivíduos, sendo o entrevistado, em geral, alguém que vamos chamar de “pessoa de elite”. Isso vem mudando, com o tempo, mas sem dúvida, no começo, constatou-se que o Departamento de História Oral da Universidade de Colúmbia documentava com precisão, em história social e política, a vida das pessoas de elite, que não haviam tido tempo de escrever um livro, ou que não haviam sido protagonistas de nenhum livro. Isso significava que a História Oral, por si só, era considerada uma espécie de substituto de um bom livro. A fita de áudio era transcrita e, muitas vezes nos primeiros anos, até mesmo na Universidade de Colúmbia, não era

preservada. Isso é inominável. Não havia fita, pois era reaproveitada diversas vezes, o que permitia aos editores modificar as transcrições, a fim de adequar a apresentação dessas personalidades de elite a seu bel-prazer.

Retomando: vou falar sobre um pouco mais de história. O que aconteceu, quando nosso arquivo foi iniciado, em 1948, foi que, finalmente, à medida que começamos a compilar mais e mais recordações e histórias individuais, viemos a entender que o arquivo não era apenas um documento histórico. Houve um aumento do registro documental, que era a forma como havia sido concebido de início. Começamos a perceber que diferentes episódios, imprevistos e absurdos ocorriam nas entrevistas e que havia inesperadas contradições, quando entrevistávamos uma pessoa e depois outra, sobre o mesmo assunto, e obtínhamos respostas muito diversas. Assim, começou a tornar-se cada vez mais claro que havia outro elemento presente nesse contexto altamente individualista. Em vista disso, as entrevistas passaram a ser organizadas mais por tópicos: começamos a formular, a grupos numerosos, as mesmas perguntas sobre o mesmo período histórico, etc. e a entender que aquela não era história simplesmente como espelho do registro escrito.

E, com o tempo, fomos também sofrendo, cada vez mais, a influência do trabalho feito nessa área em outras regiões do mundo. Parece-me que em especial da Itália, apesar de, nesta conferência, eu ter descoberto que lá há apenas sete pessoas trabalhando com História Oral. Não sei o número exato, mas vocês têm aqui uma alta porcentagem de representantes italianos da História Oral. Podemos, então, falar de um movimento de História Oral na Itália, e essa foi, para mim, uma grande revelação. Não obstante, aqueles que trabalham na Alemanha e na Grã-Bretanha e, principalmente, creio eu, na Europa Central e Ocidental — aquela que era considerada Europa Ocidental — começaram a trabalhar com lembranças de pessoas cuja vida sofrera o impacto do fascismo e do totalitarismo e a falar sobre o que chamamos de subjetividade. Ora, é infundado acreditar que essa palavra tenha surgido no movimento da História Oral. Muitos outros usaram esse termo, inclusive Sigmund Freud. Ele preconizava uma ciência da subjetividade, cuja origem, no movimento de História Oral, muitas vezes creditamos a Luisa Passerini. Em outras palavras, começamos a perceber a presença de um outro elemento na programação objetiva para a entrevista. Apesar disso — e não posso falar sobre o que ocorre na Itália, Alemanha, Austrália e Inglaterra, mas apenas nos Estados Unidos —, aqueles de nós que estávamos trabalhando nesse país, persistimos na idéia de que os alemães, como me informou Ronald Grele, antes de eu vir para cá, iriam se encarregar da teoria do movimento da História Oral, portanto, estamos esperando que Lutz o faça;

que os italianos se incumbiriam da tradição histórica da História Oral, tarefa que caberia a Sandro Portelli. Ronald não me disse o que os britânicos e os australianos fariam, mas essa informação vocês têm, pois estavam aqui ontem à noite. Então, qual é o papel dos norte-americanos em tudo isso? “Bem”, respondeu ele, “nossa função sempre foi a de falar sobre o método e a técnica, e também a de desenvolver padrões para esses imensos arquivos”. Comecei a discutir com ele — o que normalmente faço. E perguntei “E quanto às limitações nesse aspecto?”. E a controvérsia teve início há cinco anos, e ainda não foi resolvida ...

Mas, colocando de outro modo, a principal preocupação — pelo menos nos Estados Unidos, no começo da busca por um método — encerrava o que significa sentar e pedir a uma pessoa que descreva um período da história e, como se isso não bastasse, que descreva sua vida e que rumos ela tomou no período em questão. Bem, afirmaram os historiadores norte-americanos, pensamos em um contrato bastante sensato entre dois indivíduos; temos um acordo jurídico: decidimos sobre o que vamos falar e não nos desviaremos do assunto. E, se o fizermos, reservaremos essa parte para outra entrevista, repassaremos os tópicos que relacionamos, etc. Essa é, portanto, uma descrição muito racional do método da História Oral. E, sem dúvida, houve influências, no sentido de tentar mudar tal abordagem.

Houve também o impacto da liberação de todos os tipos — cultural, política e especificamente daquela dos anos 60 — e da idéia da autobiografia e da biografia, que hoje são movimentos literários muito importantes nos Estados Unidos. Eu diria que, em qualquer livraria, atualmente, 50, 60 ou 70 por cento das obras expostas com destaque relacionam-se a autobiografia e a biografia. Chega a ser estranho alguém não ter uma autobiografia, e é, dessa forma, que as pessoas hoje estão encarando a história. E, no entanto, isso continua a ser feito com a subjetividade de que falavam os representantes italianos do movimento de História Oral ... interpretada em um contexto individualista tipicamente norte-americano, no qual a subjetividade de cada indivíduo foi identificada como se englobasse todo um conjunto deles. Por exemplo, você pode ser negro, pode ser mulher, pode ser deficiente físico ou homossexual, mas, na cultura política norte-americana, ninguém reúne, jamais, todas essas características. É uma situação social muito fragmentada e reflete-se nas linguagens do movimento de História Oral, em que existe uma forma afro-americana de fazer História Oral. Há um modo feminista de fazê-la, que nem sequer chegou a merecer um artigo. Melhor, existe um — escrito por uma mulher afro-americana —, mas apenas um, e nenhum de autoria de uma latina ou de uma mulher nascida nos Estados Unidos. Há uma forma de fazer

História Oral de gays e lésbicas, etc., etc., etc. Portanto, não há como, na linguagem da política identitária, conforme a analisamos no movimento de História Oral nos Estados Unidos, de unirmo-nos contra essa realidade fragmentada.

Foi por isso que vim ao Brasil falar sobre “identidade coletiva”. E a primeira reação de Sandro foi dizer: “Não usamos mais a expressão ‘identidade coletiva’, mas sim ‘identidade compartilhada’. Muito bem, mas de onde se originou esse raciocínio? Sandro e Lutz viveram situações em que trabalharam com lembranças de pessoas para quem a idéia de “coletivo” tem uma conotação sinistra. Significa a imposição, por parte do Estado, de uma memória coletiva ao indivíduo. Trata-se, portanto, de um termo bastante problemático, embora eu ainda considere positivo o fato de o usarmos, pois aprendemos muito sobre seu contexto e sua própria história, em virtude de o havermos usado infeliz e erroneamente. Aprendi muito a respeito do trabalho dos italianos e de Lutz, por insistir em que continuássemos a adotar essa expressão. Assim, talvez usemos, em vez de “memória coletiva”, “memória compartilhada”, como Sandro sugeriu. E então afirmei: “Para mim, esse é um problema sério”. A expressão “memória compartilhada” implica a existência de um discurso em comum, de um conjunto comum de significados compartilhados que possibilitam às pessoas se entenderem.

No avião, li, na revista *The New Yorker*, um artigo sobre o julgamento de O. J. Simpson. O autor, Henry Louis Gates, famoso crítico literário afro-americano, formado em Harvard, nele discorreu sobre a crença errônea quanto à memória comunitária. De acordo com ele, a televisão criou um conceito infundado, segundo o qual temos, na verdade, uma memória em comum e, se isso ocorrer, teremos também uma experiência em comum. Todos guardam uma recordação de ter assistido ao julgamento de O. J. Simpson, no entanto, inexistente uma experiência desse episódio que seja comum a todos. Por esse motivo, ainda tenho dificuldades com a expressão “memória compartilhada”.

Então, Sandro e todos nós tentamos discutir esses problemas em nível abstrato e, como sempre, conversas em planos abstratos não colaboram muito para solucionar divergências. Por isso, gostaria de falar sobre como, para mim, essas perspectivas, por assim dizer, entraram em choque — como interpretamos a memória social e individual e a memória individual e social — narrando-lhes a história de uma entrevista que fiz com uma mulher chamada Betsy Wade. E foi a partir desse episódio que criei o título *The Lost Memory of Louise Rouget*. (“Louise Rouget — O Resgate de uma Lembrança”).

Betsy Wade foi uma das várias jornalistas que entrevistei para um enorme projeto sobre a história das mulheres no jornalismo. Não fiz essa entrevista enquanto estava envolvida com o projeto de História Oral do *New York Times*, mas tenho algo a lhes

dizer sobre a subjetividade em meu relacionamento com Betsy Wade, iniciado quando eu trabalhava no jornal, a fim de poderem entender a parábola que vou contar e que bem ilustra as dificuldades da memória compartilhada.

Quando estava no *New York Times*, organizei um grupo chamado *Women's Political Caucus* (Diretório Político Feminino), do qual Betsy Wade também fazia parte e, embora não fôssemos muito chegadas, ela era uma de minhas grandes heroínas. Além de ter sido a pessoa que processou o *New York Times* por discriminação sexual, em nome de todas as funcionárias da empresa, em uma ação judicial coletiva em 1977, era sindicalista muito atuante, não só na associação dos órgãos de imprensa de Nova York, como também de todo o país. Chegou a criar uma organização internacional chamada *The Coalition for Labor Union Women* (Coalizão das Sindicalistas). Por todos esses motivos, para mim, ela personificava uma heroína, por ser a pessoa que era e ainda por representar algo externo ao contexto individualista em que normalmente atuamos, até mesmo no movimento feminista nos Estados Unidos, pois simbolizava um certo tipo de solidariedade.

Bem, quando estava no *New York Times*, tentei entrevistá-la, mas fui impedida por meus chefes, porque, coincidentemente, os interesses destes eram defendidos pelos advogados contra quem o processo fora movido. E o acordo financeiro a que haviam chegado oficialmente não fora cumprido na íntegra. Depois de dez anos de litúgio, ainda deviam dinheiro a algumas mulheres. Assim, informaram-me de que eu não tinha permissão para fazer a entrevista, o que, é evidente, deixou-me furiosa.

Por feliz casualidade, pouco depois descobri, por meio de um funcionário que trabalhava em outro escritório, que meu nome constava de uma lista, nos registros da empresa, denominada “A Lista das Mulheres Perigosas do *New York Times*”. Essa descoberta constituiu um dos momentos mais felizes de minha vida. Constatei que realmente atingira um dos objetivos a que me propusera — ser uma mulher perigosa. Espero ter condições de manter essa perspectiva pela vida afora. Gosto do conceito “mulher perigosa”. Em geral, tememos o homem perigoso, mas talvez o homem devesse temer a mulher perigosa.

Seja como for, devido à proibição de eu fazer determinadas entrevistas — e também à norma estabelecida pouco depois pelo *New York Times*, de que há entrevistas a que o público não tem acesso —, resolvi deixar o emprego. E, como diz um amigo meu, vamos passar superficialmente pelos cinco anos seguintes, certo?

Recebi um telefonema de alguém do *Washington Press Club Foundation*, que me perguntou: “Você gostaria de fazer a história de Betsy Wade?”, “Claro”, respondi. “Gos-

taria muito”. E eu, por fim, conseguiria entrevistar a mulher por quem nutria tanta curiosidade, por tantas razões e por um período tão longo. E, acredito, também, Betsy estava muito alvoroçada, de forma profundamente subjetiva, em relação à entrevista. Insistiu em que, antes de começá-la, lêssemos juntas um livro, *Writing a woman's life*, de Carolyn Heilbrun, crítica literária norte-americana, no qual a autora mostra que jamais se chegou, na literatura, a uma verdadeira compreensão das narrativas femininas; que são sempre imitações das narrativas heróicas masculinas, ou então fazem parte de outro gênero muito mais típico, ou seja, nas biografias, a vida das mulheres é esquematizada, sendo a dor como que negada ou abafada — em especial a dor causada pela fúria, pela agressão, pela vontade de se livrar da sujeição e dos papéis que lhes foram atribuídos. No caso de autobiografias, a dor é, de alguma forma, espiritualizada e elas aceitam a fúria e deixam de senti-la.

Foi esse o livro que Betsy queria que eu lesse antes de iniciar a entrevista. Li-o e não estou muito certa de tê-lo entendido por completo até depois de realizar a entrevista e também não tenho certeza de que ela o entendeu, mas tornou-se nosso paradigma. Começamos, então, muito abertamente, perguntando-nos por onde deveríamos iniciar. Em vez de perguntar-lhe, de início, sobre a influência paterna em sua vida, perguntei-lhe sobre a materna.

Começamos, paramos, reiniciamos, enveredamos por diversos caminhos, fomos muito pacientes uma com a outra e o que vivemos foi um misto inusitado, indefinido, errático e maravilhoso de anedotas e de uma espécie de análise didática, de parte a parte. Ambas estávamos muito comprometidas com aquele processo — foi muito aberto, muito caótico, o que às vezes o tornava difícil para nós. Fizemos uma quantidade gigantesca de pesquisas documentárias. Gostaria de ter trazido uma fita, pois a facilidade de expressão de Betsy era inacreditável. Ela, sem sombra de dúvida, decidira contar toda a verdade, conforme a apreendia, a respeito de tudo o que vira acontecer no *New York Times*. Tinha muito a dizer e mostrou-se uma das melhores contadoras de histórias que conheci. Com frequência, conseguia fazer-me rir de sua dor — um dos pontos que me chamou a atenção. Contava uma história com muito humor e, depois de rir do próprio sofrimento, queria prosseguir. Isso eu conseguia observar, mas ainda não me sentia preparada para o que estava prestes a acontecer.

Conforme nos aproximamos da época em que trabalhou no *New York Times* e de sua carreira no jornal, uma espécie de fórmula começou a prevalecer na narrativa, e ela se pôs a discorrer sobre como havia sido a pioneira em tudo o que fizera: fora a primeira mulher a ser contratada como editora — havia mulheres repórteres, na redação,

mas ela fora a primeira, em suas próprias palavras, a ser contratada, como “revisor”. Foi a primeira a chefiar uma editoria propriamente dita, que lhe conferia autoridade como assistente editorial. Foi a primeira mulher a chefiar a Editoria Internacional, cargo de grande importância, porque, homens bastante bem-sucedidos, depois de ocupá-lo, normalmente conseguiam tornar-se diretores-executivos de todo o jornal.

Quando Betsy Wade processou o *New York Times*, o então diretor-administrativo afirmou: “Se Betsy Wade não fosse mulher, teria se tornado o diretor-executivo do *New York Times*. Ninguém conseguia se lembrar de alguém com mais talento do que ela”. No entanto, jamais foi promovida da chefia da Editoria Internacional. Assim, mais uma vez, comecei a tentar discernir a fúria, a ira que essa injustiça lhe causava, contudo, novamente passei a ouvir histórias e mais histórias sobre como era fantástico sentir-se parte integrante do grupo dos rapazes. Ela inclusive chegou a brincar comigo a esse respeito, afirmando: “Em toda a minha vida, sempre me candidatei a empregos publicados na coluna de ‘Precisa-se de Homens’, parodiando a seção de anúncios classificados dirigidos ao público masculino. E então contou-me das muitas ocasiões em que saíra com os rapazes para beber; em que os acompanhara a um bar chamado Guss, em que se divertira muitíssimo com os colegas à noite, em que fizera todo tipo de coisa.

Eu, devido a minha própria subjetividade, estava ficando muito cansada da narrativa. Aquela não era a heroína feminista que esperava entrevistar, e o processo ficava mais e mais enfadonho para mim e eu, mais e mais farta daquilo. Em uma sessão que durou três horas, sentia-me exausta e, finalmente, pensei: “tenho de me controlar, não posso interrompê-la, preciso ouvir todas essas histórias”. Perguntei-lhe sobre amigas suas, sobre o movimento feminista, sobre o início do Diretório Político Feminino, acreditando que ela me interpretaria corretamente e mudaria de assunto, mas não me entendeu e contou mais histórias. Por fim, afirmou: “Além disso, fui a primeira mulher a entrar na gráfica”. Bem, esse recinto, em um jornal — talvez vocês saibam disso, talvez não, — é, pelo menos nos Estados Unidos, não só domínio exclusivo dos homens, como também uma central sindical. Isso significa que ninguém da gerência nem da editoria jamais tem permissão de entrar naquela que é designada “The Stone” que, literalmente, significa o linotipo, no qual — isso antes do advento dos computadores — cada letra era colocada ao contrário em uma barra e impressa à tinta no papel.

Portanto, quando Betsy assegurou ter sido a primeira mulher na gráfica, soou-me um alarme muito forte e veio-me à mente Louise Rouget. E pensei: “Será que fiquei louca?”. Não sei o significado desse nome, nem sua origem. E, então, aos poucos,

fui-me recordando — enquanto ouvia aquela voz interior — de uma entrevista que fizera anos antes, com um editor do *New York Times*. Ele descrevera uma mulher muito dócil, muito submissa, originária de uma região eminentemente rural dos Estados Unidos, que trabalhara na gráfica por quarenta anos, em igualdade com os homens. Sempre vestira a mesma roupa azul-marinho, sempre usara os mesmos sapatos velhos e, em quarenta anos, jamais faltara um dia ao trabalho. Despercebida. E pensei: “O que devo fazer?, interromper Betsy e perguntar: E Louise Rouget? O fato de você esquecê-la está sendo extremamente prejudicial”. E ponderei: “Não posso interrompê-la, meu papel é ouvi-la, essa é a principal característica do método altamente definido que usamos, e me perguntei, o que fazer?”

Quando houve uma pausa, limitei-me a formular a Betsy a mesma pergunta que normalmente fazemos, quando temos a impressão de que uma pessoa está ficando por demais fascinada com a história da própria vida: “Olhando para trás, você se considera uma jornalista típica e uma mulher representativa de sua época?”, “Ou você foi incomparável, diferente de todas as outras?”. E ela, em absoluto silêncio, apoiou a cabeça na mesa e, depois, gritou: “Mary Marshall, podemos parar, apagar a fita?”. Respondi que não. E continuou: “Mary Marshall, ajude-me, o que vou fazer?”

E, então, tive de tomar uma decisão ética. Fui obrigada a decidir se deixaria de lado minha amizade e meu relacionamento com ela, em nome do profissionalismo como historiadora, o que evidentemente fiz. E não proferi palavra. Ela em seguida afirmou: “Bloqueei totalmente a lembrança dessa mulher, que trabalhou na gráfica, todos os dias, durante quarenta anos — seu nome era Louise Rouget”. Assim, a narrativa recomeçou e, decorridos cinco minutos, Betsy parou outra vez, apoiou a cabeça na mesa e disse: “Isso não é tudo. Louise era mãe solteira e bloqueei sua história porque não era sexy, atraente, nem interessante, nem feminista e fiz a ela o que acuso a geração mais nova de fazer comigo — bloqueei a lembrança de sua existência”.

Betsy se sentia, de alguma forma, tão empolgada e amofinada com isso que, antes do final da entrevista, escreveu um artigo intitulado: “In memory of what’s her name — My memories of the law suit of the *New York Times*” (“Em memória de quem quer que seja — Minhas recordações do processo contra o *New York Times*”) e o publicou em uma revista muito famosa nos Estados Unidos. Nele discorreu sobre o significado de ter-se esquecido daquela mulher e a importância desse episódio em sua própria vida. Mas, vale notar, essa entrevista — que, a meu ver, bem ilustra o problema que enfrentamos, ao fazer entrevistas em uma situação em que as lembranças são, em grande parte, não-compartilhadas — representa nosso problema em diversos níveis. Antes de

mais nada, representa o poder da memória da empresa, no sentido de separar, desde o início, minha consciência da consciência de Betsy; representa o poder da memória da empresa, ou seja, do *New York Times*, de manter, de certa forma, a lealdade de Betsy à imagem que tinha de si mesma, como incomparável e diferente, pois ainda trabalhava no jornal e ainda precisava ver-se dessa maneira. E também representa como uma pessoa consegue bloquear por completo as ligações entre suas atividades, por exemplo, nos movimentos sindical e feminista que, ironicamente, afloraram apenas depois daquele momento de conscientização — e só então ela começou a falar sobre o papel que desempenhara no movimento sindical.

De certo modo, assim como suas atividades como militante sindical e feminista jamais se encontram na história, tampouco se encontraram em sua própria consciência, de modo que não teve condições de descrever a si própria como alguém que reunisse simultaneamente todas essas características. E, nessa situação, não houve oportunidade para que aflorasse a lembrança compartilhada.

Agora, gostaria de mencionar — apenas, na verdade, para finalizar — que eu mesma não tive condições de interpretar essa recordação, até conversar com meus fantásticos colegas. E vou-lhes contar três formas que me ajudaram a interpretar essa recordação.

Em primeiro lugar, sem a insistência de Sandro Portelli, de que a expressão “memória compartilhada” precisa substituir o termo “memória coletiva”, em nossa linguagem interpretativa, eu não teria sido obrigada a pensar na falta de lembranças compartilhadas em um contexto liberal e capitalista, como o existente nos Estados Unidos. Por outro lado, sem os comentários dele e de Lutz, sobre a perniciososa imposição, por parte de Estados totalitários, de recordações coletivas a indivíduos e culturas, eu não teria compreendido que a memória coletiva da empresa estava realmente bloqueando a memória essencial da jornalista em relação a todas aquelas atividades e impedindo-a de reintegrar a idéia de solidariedade — que tão grande papel desempenhou em sua vida — à própria recordação da história por ela vivida como mulher.

Acho que também tive culpa por permitir que essas lembranças permanecessem, de certa forma, não-compartilhadas, pois ainda estava — apesar de conhecer, por meio de leituras, essa teoria literária — muito suscetível à necessidade de encarar Betsy como uma espécie de heroína perfeita, uma espécie de paródia do modelo heróico masculino, em lugar da mulher que de fato era, de diversas maneiras, um reflexo dos muitos tipos de identidade fragmentada na cultura norte-americana, com uma história de vida que não podia ser estruturada ou, nas palavras de Carolyn Heilbrun, ter um autor. Betsy

não podia ser a autora do próprio texto, não podia escrever a própria vida, pois lhe faltavam condições históricas e materiais. Assim, meu desejo de vê-la como heroína constituía outro modo de me render a esse mito do individualismo, no qual eu precisava que ela se tornasse minha heróina.

E Alistair realmente me ajudou a entender, graças à sua definição de “Composer/Composer”, que ontem expôs às pessoas aqui presentes — sei que não há tradução para o português — e refere-se não só à atividade do entrevistado, ou seja, o narrador, reunindo, em uma narrativa, sua experiência de vida, estruturando sua experiência de vida, como também à atitude com que o faz, ou seja à atitude que essa pessoa busca, de sentir-se “tranqüila” (“composed”), de sentir-se inteira e de conseguir reforço de outrem. Achei que devia aludir a isso, principalmente depois de havermos tentado eliminar o termo “coletividade” ou “coletivo”. Gostaria de explicar a distinção entre lembranças “uncomposed” e “composed” como lembranças não-compiladas, a fim de recordarmo-nos de que sempre existe — mesmo no caso de uma pessoa tão desenvolvida para expressar-se, quanto Betsy Wade, por exemplo — um desequilíbrio entre essa desenvoltura e a capacidade de manipular palavras, e os lapsos de memória, que são muito sérios.

Bem, isso me leva a uma terceira questão que Lutz, meu colega, insistiu em formular em todas as nossas conversas — no carro, durante todo o percurso de São Paulo ao litoral, até Ubatuba, em cada café da manhã, almoço e jantar, aqui no Rio —: “Mas que relação tem tudo isso com a ética?”, até que, finalmente, ontem à noite, respondi: “E por que não teria?” e, como todos me pediram que esclarecesse, agora tenho de me sair com uma explicação.

Ora, antes de mais nada, parecem-me realmente óbvias algumas das questões éticas surgidas quando entrevistei Betsy Wade. A primeira foi a entrevista oficial que o *New York Times* nos negara o direito de fazer, a segunda, a decisão de Betsy, de não faltar com a verdade e a terceira, minha decisão de impedir que o fizesse, mesmo quando isso se tornou muito difícil. Ainda somos amigas, mas, de certa forma, talvez não tanto quanto antes, e acredito que Alistair me ajudou a entender a necessidade de ser objetiva, a impossibilidade de tomar uma resolução que agrade a todos.

Mas, voltando a Lutz, creio que temos muito em comum: durante vários anos, a exemplo de diversos historiadores orais, obtivemos muitas histórias acadêmicas fragmentadas, apenas alinhavadas e ecléticas e nunca pensei que fosse encontrar um historiador oral que, em determinada época, também estivesse estudando Teologia e Ética, porém, nós dois fizemos isso. Mas nesse aspecto, emocionono-me, na América do Sul,

porque durante vários anos estudei a Teologia da Libertação e fui muito influenciada pelos teólogos daqui que a preconizam, mas, seja como for, entendi, em parte, a pergunta de Lutz, pois pensei que ele estivesse dizendo: “Existe todo um campo de ética, no qual as pessoas despendem muito tempo e energia escrevendo sobre a própria disciplina”. Então, por que nos consideraríamos superiores o bastante para não tomar conhecimento de seu trabalho nesse campo? Mas, persisto, por acreditar que há uma possibilidade de repensar a relação da História Oral com a ética, que exige tanto atenção ao movimento do indivíduo no social como o do social no indivíduo e a transferência de significado, com o tempo — assunto sobre o qual Sandro Portelli estava falando — sobre como o passado continua a acontecer o passado, em 1953, é reinterpretado em 1972 e reinterpretado mais uma vez, de modo que existe um movimento na história, ou, como diria Alistair Thomson, a experiência jamais termina.

Portanto, ao tentar reunir todos esses elementos, pensei em uma metáfora que se origina, genericamente, da teologia, de estudos bíblicos, da ética, que é a idéia da hermenêutica, e a idéia do círculo hermenêutico, em que o historiador oral eticamente não tem alternativa senão a de tomar a memória do passado e examiná-la como se fosse um texto, como agiria em uma situação hermenêutica e fazer o que denominariam “redução”, ao significado original do texto — não apenas a importância dos eventos descritos, mas também o significado pretendido do texto. E, depois, a função do analista do texto ou do historiador é reinterpretar esse significado, tomando como base aquela comunidade original e reintegrá-la a outra comunidade, da época em que vivemos, de modo que o círculo fique completo. E é essa imagem que eu gostaria de oferecer ao movimento de História Oral, porque acredito que, sem ela, nada conseguiremos.

Digo movimento de História Oral — e talvez nem exista —, mas, se persistirmos, como norte-americanos e europeus, em afirmar que a ética não existe, deixaremos de levar em consideração a finalidade dos encontros sobre ética, por exemplo, entre o Hemisfério Norte e o Hemisfério Sul. Podemos partir da premissa de que nosso contexto ético abrangerá todos as reuniões que tivermos? Sei, por exemplo, que houve contatos muito problemáticos entre historiadores orais do norte e historiadores orais do Brasil, em que os primeiros julgaram e criticaram o trabalho de História Oral aqui realizado, como se tivessem esse direito. E como podemos nós, que viemos de uma cultura imperialista, deixar de levar em conta o impacto de nossa cultura sobre outras?

Apenas um pequeno exemplo: no trabalho feminista feito nos Estados Unidos, hoje muito se fala sobre os direitos de reprodução humana e sobre a tecnologia dessa reprodução, usando como pretexto discussões filosóficas a respeito de fertilidade. Bem,

o tipo de retórica que se ouve nos Estados Unidos — sancionado pela ONU — é freqüentemente aliado a uma retórica sobre controle demográfico, muito prejudicial às mulheres do Hemisfério Sul, com discussões sobre fertilidade visando lhe impor controles. As feministas norte-americanas praticamente não têm consciência disso, estão começando a estudar o assunto.

Assim, creio que nossa linguagem, bem como suas raízes específicas, técnicas e históricas, são extremamente importantes e que a imagem do círculo talvez nos ligue, por sermos historiadores orais adeptos desse método, por acreditarmos em ouvir pelo tempo suficiente — em realmente ouvir — por precisarmos dar ouvidos a todos. E a imagem do círculo também é boa por ser, em grande parte, uma imagem que teve força no movimento feminista, no movimento ecológico e, creio eu, é uma imagem capaz de mudar esse conceito de duas pessoas sentadas, uma em frente à outra, com um gravador, em um ângulo de 45 graus para conseguir o som perfeito. Acredito que essa idéia tão racional e linear poderia ser substituída por uma idéia mais ampla, mais hermenêutica. Isso é tudo.

MARY MARSHALL CLARK

P.: Diante da sua história de vida, da sua trajetória na História Oral, das histórias que contou, do *New York Times*, etc, gostaria de saber um pouco de sua formação acadêmica.

R.: Minha formação acadêmica é bastante inusitada. Estudei História, tenho um diploma em Psicologia, dois em Teologia e passei muito tempo estudando Arte.

P.: Mary, eu gostaria que você falasse um pouco da experiência com História Oral e com documentários que você teve junto ao *New York Times*, no projeto de filmes e vídeos e algumas produções independentes.

R.: Bem, não é realmente o que faço agora, mas tenho prazer em falar no assunto. Tecnicamente, é interessante realizá-los, em História Oral, porque há uma diferença entre o registro oral que obtemos e a voz gravada em fita e o registro que conseguimos com a câmera. Vou-lhes contar o que fizemos, a fim de dar um exemplo concreto. Entrevistávamos pessoas durante oito ou dez horas, gravando em áudio e, depois, passávamos a usar o vídeo e a alternar as duas fitas. Hoje, nos Estados Unidos, muitos filmes e documentários fantásticos estão sendo feitos, usando predominantemente a narrativa oral e recorrendo à narrativa visual apenas como elemento secundário, ou como uma resposta muito interativa ao documento oral. Porém, a menos que você tenha uma pergunta sobre um determinado filme ..., pois hoje, nos Estados Unidos, esse é um campo altamente desenvolvido e, creio eu, os historiadores orais, pelo menos nesse país, tentam adquirir alguns conhecimentos sobre a parte visual, a fim de que suas gravações possam ser usadas em produções de vídeo e de filmes.

P.: Quando você narra a entrevista que fez com essa jornalista, em que ela diz que sempre foi a primeira em todas as funções que ocupou e quando omite, no caso da

tipografia, a existência de uma outra mulher que ali já trabalhara, você não fez uma intervenção, no sentido de questionar esse ponto. Por que não poderia fazer isso? Porque, em nossas entrevistas, é claro que o fazemos com uma dose de respeito e de cuidado. Mas, quando tenho alguma informação que, de alguma maneira, contradiz ou desmente a história, ou é uma outra versão dela que o entrevistado está contando, costumo mencioná-la, com a maior gentileza, que em outra entrevista esse fato me foi relatado de outra maneira, ou que há, na bibliografia existente, um relato desse episódio, enfim, procuro dar uma dimensão, para meu entrevistado, de que conheço uma outra versão desse episódio. E nunca me senti culpada; gostaria de conversar com você um pouco sobre isso, qual o problema que você vê, acha que foi uma coisa específica, pelo grande envolvimento que tinha com ela, ou é um procedimento que está sempre presente quando você realiza entrevistas?

R.: Não, é um procedimento bastante comum. Eu queria que ela tivesse seu próprio momento de conscientização, não queria interferir na sua própria compreensão, no seu próprio resgate da lembrança, pois era também um momento ético de resgate. Se ela não houvesse lembrado aquele momento, que foi muito dramático — e a pergunta feita por mim surtiu grande efeito, nesse sentido — eu a teria procurado novamente, munida de documentação sobre a história de Louise Rouget. Provavelmente não o teria feito naquela sessão, porque teria, antes, de fundamentar minha própria lembrança. Mas, felizmente, ela confirmou minha recordação.

Tenho a impressão, às vezes, de que o método da História Oral é muito paternalista: partimos do princípio de que sabemos qual deveria ser a interpretação do entrevistado, mas, na verdade, nossa interpretação e aquela dos entrevistados entram em conflito. Acredito, porém, que é muito melhor darmos a eles liberdade para entender, antes, sua interpretação, a importância da própria história e da própria narrativa. É uma forma de respeito por sua capacidade de lembrar a própria história.

Por exemplo, entrevistei um homem, que também descreveríamos como de elite. Foi diretor, por vários anos, de um imenso império de mídia nos Estados Unidos, a CBS, e desempenhara papel muito relevante no macarthismo, fazendo com que o nome de um grande número de pessoas fosse para a lista negra e destruindo a vida de muitas e muitas delas. E havia uma contradição nesse homem tão afável, que, depois de dez horas de entrevista, eu tão bem conhecia — ele como que se impôs, para mim, como uma figura paterna, de uma forma que senti ligeiramente —, mas

não extremamente — irritante. Em vista disso, não esperava que eu fosse forte o suficiente para lhe formular perguntas sobre o período em questão, mas eu havia pesquisado exaustivamente, lera tudo o que conseguira encontrar sobre aquela época e comecei a lhe fazer perguntas, e ele respondia “Não me lembro”. Continuei repetindo inúmeras vezes as mesmas perguntas, até que finalmente entendeu que seu silêncio era uma forma de registro. E, então, durante a entrevista, desatou a chorar, afirmando que aquele fora o episódio mais vergonhoso de sua vida e começou a recontar a história. Portanto, a questão não era eu deixar de enfrentá-lo — ele tinha a resposta imediata, estava a par dos fatos, sua memória era perfeita em relação a outras áreas. A questão era apenas provar que eu não era fraca, nem que estava temerosa naquela situação.

P.: Eu gostaria que você explicitasse um pouco mais a diferença de *collective memory* e *shared memory*. Qual é a diferença que você faz, porque para mim não ficou realmente claro, talvez porque usemos um termo diferente.

R.: Bem, você teve a vantagem de ouvir Lutz falando sobre a história. Ele fez toda uma pesquisa sobre a história dos termos “coletivo” e “identidade”, e seria muito interessante ouvi-la. Desconheço a história desse termo, mas para mim é importante, pois tenho pesquisado as teorias da História Oral e, até mesmo, as teorias sobre a memória. Por exemplo, nas pesquisas sobre ela, encontrei uma citação de um autor chamado Ulrich Nizer, que escreveu uma antologia denominada *Remembering in natural context* (“Lembrando no contexto natural”), e a maioria dos estudos sobre a memória, três-quartos do total dos estudos científicos a respeito dela, bem como dos estudos sociológicos, diz respeito a lembranças que ficam encadeadas por menos de um minuto. Nos Estados Unidos, pelo menos, é isso que interessa a quase todos aqueles que estão estudando a memória. Portanto, quando comecei a tentar descobrir de que maneiras a história coletiva de povos e culturas é representada em discussões sobre a memória, não consegui realmente encontrar nenhuma e, segundo aquilo que li — pelo menos na literatura em inglês —, a expressão memória coletiva referia-se ao passado impossível de ser lembrado e ao folclore, ou seja, a lembranças que, de acordo com a História Oral, podemos registrar com pessoas que ainda estão vivas; o passado coletivo era sempre usado para designar algo que era uma espécie de tradição incontestada. E, assim, não temos uma expressão muito adequada, em inglês, para a forma de discorrer sobre o relacionamento dinâmico entre uma relativa idéia

de coletividade, que não é, em hipótese alguma, aquilo que chamamos de união — não é a isso que me refiro, mas a alguma idéia para expressar o amálgama de culturas, idéias e identidades; não dispomos de um contexto para ele. E esse hoje representa o grande problema na teoria feminista, em que o papel da experiência propriamente dita e a forma pela qual se concretizou em estudos sobre identidade significam que, ao entrevistar uma mulher, como no caso de Betsy Wade, em que com frequência obtemos uma narrativa heróica, enaltecendo a questão da identidade — é ótimo ser mulher, somos fortes, somos vitoriosas, etc. —, praticamente inexistente uma linguagem para descrever a multiplicidade, a pluralidade e a dor inerentes à identidade.

Sandro estava me falando de um livro realmente surpreendente que tem uma ligação concreta com o Brasil — vou tentar conseguir um exemplar, acho que só foi publicado em italiano e, ao que tudo indica, terci de aprender esse idioma — é a história de uma transexual que saiu do Brasil para viver na Itália, onde foi presa logo que chegou. Vocês sabem da história? Não a conheço muito bem, mas ... aqui há um filme sobre ela; tenho grande interesse a esse respeito... e alguém escreveu sua história que, parece-me, serviu como base para um filme.

Sandro acabara de ler o livro, antes de comparecer à conferência internacional que mencionei. A propósito, entre representantes de quarenta países, nela havia no mínimo duzentas mulheres. E ele fez uma apresentação, em uma sessão plenária, sobre como usamos a linguagem da multiplicidade e da identidade para enaltecer a identidade, os diversos tipos de identidade que podemos ter, mas que raramente utilizamos, com o objetivo de investigar a dor de identidades múltiplas e fragmentadas. Ele aproveitou, como exemplo, a história a que aludi. Portanto, acredito que estou à procura de uma forma para falar sobre lembranças não-compartilhadas.

Por exemplo, existe um livro muito bonito intitulado *Killers of the dream* (“Assasinos do Sonho”), é mais um livro sobre amnésia e, no momento, está esgotado nos Estados Unidos. Foi escrito por uma lésbica. Mudou-se do sul para o norte do país e tinha uma lembrança, da época em que tinha vinte anos, que bloqueara por completo durante toda a vida. E tratava-se da recordação de uma criança que vivera por seis meses na casa de Lillian ... Lillian Smith. Lillian era branca e vivia no sul com os pais, que eram sindicalistas extremamente progressistas para essa região, algo raríssimo entre os brancos naquele período —, sei disso porque lá cresci. Adotaram uma criança que encontraram perambulando pelas ruas, acreditando que era

branca. Todas as noites, Lillian tocava piano com essa garota. Exatamente seis meses depois de passar a fazer parte da família, levaram-na embora, pois os pais adotivos haviam descoberto que ela tinha uma gota de sangue afro-americano. A existência da menina foi completamente esquecida por Lillian, que, vinte anos depois, teve um colapso nervoso e lembrou-se do acontecido. Escreveu um livro sobre o episódio e mudou-se do sul do país; publicou muitos outros livros e, graças a eles, tornou-se bem mais famosa.

Este, no entanto, é um exemplo, uma metáfora sobre o relacionamento, no sul do país, entre negros e brancos. Quando crianças, brincávamos juntas, mas quando adolescentes, éramos obrigadas a nos afastar. E, portanto, preciso de um termo para explicar a perda, a fragmentação da memória, bem como a amnésia e, ao mesmo tempo, a existência concreta na realidade histórica das ligações que, apesar de compartilhadas, não podem ser lembradas como tal. Em vista disso, sinto-me relutante em descartar esse termo mais abrangente, que expressa nossa experiência mais ampla e inclui não apenas o social, como também o político, o cultural, o psicológico ...

P.: Eu quero entender bem. Esse termo que você usaria como *shared* significaria que seria compartilhada com muitas pessoas ou com nenhuma pessoa? Quer dizer, não seria dividido com ninguém, é uma memória guardada até de si mesma, uma memória que você não divide, até um certo momento, nem com você mesma. Essa seria a memória do *shared*, e você acha que na entrevista com Betsy, a um dado momento, isso ocorreu porque aquilo que ela já tinha ocultado de si mesma, compartilhou com você? Seria isso?

R.: Sim. A palavra “compartilhada” não é, na verdade, escolha minha. É a esse respeito que Sandro estava falando, e creio que nós dois decidimos usar o termo “social” em vez de “compartilhado”, porque este último implica uma espécie de idéia religiosa de ágape e estabelece uma ligação talvez inexistente. Em inglês, há essa conotação; talvez não haja em italiano, por isso, estamos tentando encontrar outra palavra para “compartilhado”. Acredito que o termo que se aplica à memória de que estamos falando — existe um vocábulo, em Psicologia, para esse tipo de esquecimento, a saber, “dissociação”. Não se trata apenas de um bloqueio, pois a dissociação ocorre diariamente na realidade da vida de outras pessoas. E, a meu ver, a História Oral não deu muita atenção à Psicologia, nos Estados Unidos. Na

verdade, tem sido ignorada e creio que, por uma série de motivos, seremos obrigados a dispensar mais atenção a essa ciência.

P.: No “folder” com o programa deste Seminário, há referências a trabalhos seus em Chinatown e em Staten Island. São trabalhos realizados com as comunidades locais? E com que objetivos foram feitos?

R.: Bem, um de nossos objetivos, como historiadores orais que trabalham em um grande arquivo a que o público tem acesso — eu ia empregar a palavra “compartilhar” —, consiste em aproveitar o método que usamos, a fim de colaborar para que se iniciem outros projetos em comunidades. A História Oral hoje representa um movimento muito forte nos Estados Unidos, e numerosas pessoas desejam fazê-la; é bastante fácil treiná-las e despendemos, calculo eu, no mínimo, um quarto de nosso tempo trabalhando com grupos e indivíduos que querem voltar-se às próprias comunidades e fazer as respectivas histórias. Eles não têm dinheiro para contratar alguém da Universidade de Colúmbia, nem para custear um curso muito caro; portanto, dedicamos nosso tempo ao trabalho em comunidades, com grupos que pretendem iniciar os próprios projetos.

Hoje, há um grande movimento de grupos de gays e lésbicas que desejam fazer sua História Oral; a AIDS tem sido tema de numerosas histórias. Há um enorme volume de trabalhos extremamente interessantes em História Oral. Em Staten Island, trabalhei com professores do curso secundário, a fim de que seus alunos aprendessem a aproveitar a História Oral, e o projeto foi muito gratificante, porque foram excelentes as entrevistas com os estudantes. Esse é um bom exemplo de como despendemos nosso tempo.

P.: Mary, você iniciou sua apresentação fazendo uma crítica em relação aos estereótipos identitários conferidos a certos grupos, supostamente coesos e idênticos a si mesmos, em que já existem algumas imagens atribuídas e fixadas e que circunscreveriam as possibilidades desses grupos. Então, eu gostaria que você falasse um pouco mais sobre a sua experiência ao trabalhar com esses grupos: em que medida a História Oral permitiu uma autonomização em relação a esses estereótipos?

R.: Esta é uma pergunta de fato complexa e diz respeito exatamente àquilo que estamos tentando resolver em nossos métodos e teorias, pois acredito que você está se referindo ao que falei sobre a popularidade da autobiografia e às autobiografias escritas sem a colaboração de outros — e estamos contribuindo para isso, ou estamos tentando criar um documento mais complexo? E a resposta, é claro, é que estamos tentando criar um documento mais complexo.

Uma das coisas sobre as quais agora passamos a refletir, uma vez que temos o hábito de entrevistar pessoas da elite, com frequência homens brancos, muito bem-sucedidos na área da política ou em qualquer área da cultura ... Quando pensamos em identidade, tendemos a pensar nela em termos de etnia, tendemos a pensar em pessoas de cor. E subitamente percebemos que não perguntamos a um homem branco o que significa ser branco, não perguntamos aos heterossexuais o que significa ser heterossexual, não fazemos a esses homens as perguntas que propomos a outros grupos, portanto, passamos a lhes fazer indagações dessa ordem. Começamos a lhes perguntar como se sentiram quando perceberam que eram heterossexuais. “O que isso significa para você?”, “Que tipo de poder na sociedade essa condição lhes confere e que, sem ela, não teriam?”, “Quando você se conscientizou de que era um homem e como isso influenciou seu desenvolvimento e amadurecimento?”

Para mim, é fascinante porque estou fazendo um estudo muito profundo — para minhas próprias pesquisas — sobre uma mulher cujo nome é Karen Horney. Ela é psicóloga, psicanalista e, logo depois da época de Freud, fez muitas pesquisas, acredito, dentro de um contexto quase freudiano sobre identidade feminina em especial, e falava muito sobre o fato de todos os meninos atravessarem uma fase, durante a qual invejam a capacidade que as mulheres têm de engravidar. Tenho um filho de quatro anos que, no ano passado, teve diversas crises fortes, chorava muito, pois queria ter nascido menina e eu, com muita paciência, dei-lhe a devida atenção, em vez de ignorar o problema.

Na verdade, há uma história fantástica: certo dia, estava eu entrando no edifício em que moro, quando entrou um casal de gays idosos — são nossos vizinhos e, até certo ponto, bastante estereotipados — não vou entrar em detalhes ... são proprietários de uma loja de antiguidades em Greenwich Village, bairro da cidade do qual sem dúvida já ouviram falar, e sentamo-nos, eu e Nick, na escada na frente do prédio, e ele teve uma espécie de crise de nervos e disse: “Eu queria ser menina!”. E o casal perguntou: “Por que você está chorando?”, ao que ele repetiu “Eu queria

ser menina!”. E os dois o olharam com tanto carinho e humor, foi muito bonito. Depois, perguntei-lhe por que estava tão triste, e ele disse que queria ter um nenê nascido de seu próprio corpo, pois nos ouvira conversar a esse respeito — moro com sua mãe biológica.

E, assim, o problema de identidade novamente surgiu para ele. Fomos passar férias em um lugar chamado *Wood's Hall* — nome de um instituto oceanográfico, em Massachusetts — e lembrei-me da existência de um peixe, que ocupa lugar inferior na escala evolucionária e que gera só fêmeas. Metade delas, depois de desovar, muda de sexo. É esse o método de reprodução de tal espécie. Então, levei o garoto para ver a exposição e disse-lhe: “Veja só. É normal sua vontade de ter um nenê, acontece com esses peixes”. Agindo assim, tentamos eliminar os contextos tradicionais de identidades. No entanto, é um ângulo problemático, porque evidentemente ainda trabalhamos com uma dinâmica de poder muito rígida, quando entrevistamos pessoas da elite. Para os homens, não é muito complicado pertencer à raça branca ou ser heterossexual, isso não lhes representa problema.

P.: Veio à mesa uma série de perguntas. Quem as formula diz que suas dúvidas são básicas, mas para ela são fundamentais, já que é iniciante em História Oral. São quatro questões. A primeira é: “O que você quis dizer com estruturar a experiência de vida do narrador?”. A segunda é: “Até que ponto é ético interferir na amnésia dos entrevistados?”. A terceira: “O que a Psicologia ajuda, ao entrevistador e ao narrador?”. E a quarta é: “Onde entra, em seu trabalho, a religiosidade que você carrega dos seus estudos?”.

R.: Bem, vou começar pela quarta pergunta. Não sou nada religiosa; meu filho se queixa muito disso, dizendo: “Você não acredita em Deus...”. Simplesmente estudei Teologia, mas não sou religiosa. Estou consciente de que, ao falar, às vezes emprego palavras de conotação religiosa, como no caso do vocábulo “hermenêutica”. Porém, interessei-me muito pelo estudo da religião, pois acredito que ela ainda trata de problemas éticos, enquanto parte significativa da esquerda, pelo menos nos Estados Unidos, está muito alheia a tais questões.

Quando falo em Psicologia, acredito que agora fazemos entrevistas muito longas — em geral, de vinte a trinta horas seguidas — e inevitavelmente nelas se verificam interações subjetivas do entrevistador e do entrevistado. Precisamos aumentar muito

nossa compreensão dos processos de transferência e de contra-transferência, pois não deixam de ocorrer — e sobre eles muito pouco sabemos. Portanto, é isso que quero dizer com a necessidade de darmos atenção ao trabalho da Psicologia. Penso, ainda, que essa ciência, em especial em seu contexto mais europeu, também lidou com questões de representação do indivíduo na sociedade e com as várias maneiras pelas quais a identidade individual reflete as diversas formas de identidade social. Acho que estou me referindo à Psicologia Social.

Quando falo sobre a estrutura da experiência na narrativa, acredito que todas as narrativas, isto é, histórias, têm camadas de estrutura, assim como a linguagem tem estruturas — quando analisamos uma sentença — e idiomas diferentes têm diferentes estruturas, e há maneiras pelas quais as histórias adquirem uma forma que conseguimos entender ou não — como sabem, cada história tem uma forma. E, até certo ponto, é nossa tarefa, na condição de historiadores, descobrir a forma e o significado da história. Sei que esta é uma resposta extremamente vaga, mas senti necessidade de dar a você um exemplo específico.

P.: A segunda questão é: “Até que ponto é ético interferir na amnésia dos entrevistados?”

R.: Esta é uma excelente pergunta, pois acredito que, no caso de Betsy Wade, o fato de falarmos a respeito dos lapsos de memória não lhe causou nenhum trauma significativo. A meu ver, existe uma diversidade de situações — principalmente agora, que estamos fazendo mais histórias orais de mulheres, bem como de pessoas que foram, de alguma forma, torturadas ou agredidas — em que inevitavelmente afloram recordações desagradáveis. Se nos vemos em uma situação em que isso acontece, jamais podemos correr o risco de traumatizar outra vez a pessoa, mediante a recriação do passado. De certa maneira, abrimos espaço para a repetição do trauma e fazemos — até certo ponto, fazemos — exatamente o que faria um terapeuta ou um analista: voltamos, nesse processo hermenêutico, à situação inicial e tentamos reconstituí-la. E se, por acaso, obtivermos informações que nos causem dificuldades, temos o compromisso ético de não causar, de novo, o mesmo trauma ao entrevistado e de, além de interromper a entrevista, consultar pessoas qualificadas para nos ajudar. Em Nova York está em andamento um projeto muito interessante, chamado *Voices of women* (“Vozes de Mulheres”) que, segundo creio, agora está muito mais direcionado para contextos coletivos e comunitários. Foi um projeto de História Oral

feito com mulheres vítimas da violência, orientado por uma mulher que, durante anos, dirigira abrigos para elas. Além dela, todos os entrevistadores que ali trabalhavam eram terapeutas qualificados, e o projeto foi elaborado para determinar o momento em que a mulher que é vítima da violência abandona seu agressor, pelo bem da família, em vez de com ele ficar pelo mesmo motivo.

O projeto foi custeado pela prefeitura, a fim de que os órgãos de saúde pudessem tentar entender — com o intuito de redefinir a legislação específica — qual o objetivo daquela mulher. Houve um caso específico que levou à realização do estudo nos Estados Unidos, mas não vou entrar em detalhes. Seja como for, o projeto teve resultados muito positivos, porém, durante sua realização, quando surgia algum problema na entrevista, os encarregados dele encaminhavam a entrevistada a um especialista. Também davam, a todas, tempo para que se reunissem e contassem, umas às outras, os resultados das lembranças de cada uma. E elas, então, ficaram muito entusiasmadas, pois as conclusões do estudo foram usadas para melhorar a legislação referente a mulheres vítimas da violência. E, assim, tornou-se um projeto de História Oral que se revelou de grande utilidade pública, porque foi elaborado com o máximo cuidado. E, para mim, é sempre responsabilidade do entrevistador não causar, de novo, um trauma à pessoa.

P.: Mary, você disse que estudou arte. Eu gostaria de saber se você tem alguma experiência de História Oral neste campo .

R.: Sim, fazemos histórias orais com artistas, sem dúvida. Na verdade, há um lugar chamado *The Archives of American Art*, em que existe um grande número de histórias orais. Também a *Fundação Getty* está realizando um projeto internacional com artistas. Eu, pessoalmente, sou inexperiente nessa área, porém, temos um projeto denominado *The american crafts project*, que consiste em cem entrevistas com artesãos. São pessoas que trabalham com diversos tipos de artesanato — cerâmica, vidro soprado e muitos outros — antes de obterem lucros com a venda de seus produtos. Esse projeto é bastante interessante porque muitas dessas pessoas viviam em comunidades, e a respeito destas, em termos de História Oral, pouco sabemos nos Estados Unidos — mas o projeto é bastante interessante.

P.: Mary, eu tenho algumas dúvidas, sou fotojornalista e minha formação é na área de cinema. Você desenvolveu trabalhos de documentação a partir de História Oral em

um arquivo público e em um arquivo privado, que é o do jornal e no cinema-documentário. A minha questão é: como você pensa a questão da subjetividade nessa narrativa oral? Lembrei-me, durante sua exposição, de um trabalho de Walter Benjamin, que é *O narrador*, em que ele considera essa questão da subjetividade na narrativa da história. Ele usa uma imagem em que o narrador, assim como o oleiro, a mão do oleiro, molda a argila do vaso.

Nos exemplos que você citou, essa documentação feita basicamente através de entrevistas, talvez tivéssemos dois narradores, o entrevistado que narra sua história e o entrevistador, que a está documentando e vai-lhe dar uma forma, para ficar disponível a outras pessoas no arquivo. Também podemos pensar nestes termos no cinema-documentário, onde você tem o reforço das entrevistas, os vários recursos da linguagem cinematográfica, como angulação, edição e montagem feitas com o material disponível. Como é que você pensa esses aspectos, a subjetividade relacionada com esses aspectos no trabalho de História Oral?

R.: Esta é realmente, uma série de perguntas fascinantes. Fui muito influenciada pelo trabalho de Walter Benjamin. Acredito que a imagem tem sua própria subjetividade, o que também acontece com a palavra e ainda com o narrador. E uma das coisas que os historiadores orais que produzem documentários vêm tentando fazer é tornar mais visível, no texto visual, o relacionamento entre os narradores.

Um dos motivos de eu deixar de agir assim foi o fato de a boa realização desse processo ser extremamente cara. Devido aos altos preços da edição, a subjetividade do narrador — partindo do princípio de que há uma pessoa que faz as perguntas e outra que a elas responde — torna-se imperceptível. Antigamente, no contexto da História Oral, as perguntas eram literalmente tiradas da narrativa. Portanto, uma das formas pelas quais estamos procurando solucionar esse problema em nossos arquivos de História Oral é ... claro que não excluímos as perguntas e também que fazemos transcrições, de modo que as questões ficam à disposição dos pesquisadores. Acredito, porém, que, de certa forma, essa dinâmica de poder não se torna transparente, a menos que tenhamos em vídeo, obviamente, as imagens completas e possamos observar entrevistador e entrevistado em atividade. Não consegui, ainda, encontrar uma resposta para a transformação dessa complexidade, dessa dualidade incorporando-a à versão cinematográfica.

Há um artista agora, nos Estados Unidos, chamado Alan Berliner que, ao que tudo indica, está começando a entender bem em que consiste a subjetividade dessas duas narrações. Lamento profundamente não ter trazido o filme feito por ele (*Intimate Stranger*); vou tentar mandá-lo para vocês quando voltar aos Estados Unidos. O filme é um retrato do avô paterno do cineasta, tendo o protagonista morrido enquanto tentava escrever a própria autobiografia. Embora Alan seja um cineasta bastante famoso, não tinha dinheiro para usar a câmera durante as entrevistas e, então, fez sessenta histórias orais. Limitou-se a usar imagens em vídeo, a fim de complementar a narração oral.

Assim, o filme começa com o pai de Alan perguntando: “Por que você quer fazer um filme com esse sujeito horroroso?”, pois odiava o próprio pai. E, desse modo, Alan combate a mentalidade cinematográfica da narrativa autobiográfica, biográfica. Em vista disso, considero muito interessante o trabalho de Alan, pois ele compreende que há uma contradição entre a subjetividade dos seres humanos e também entre a palavra e a imagem. Parece-me, contudo, que foi o primeiro cineasta a fazer isso, pelo menos nos Estados Unidos, e eu gostaria de dar uma resposta mais completa à sua pergunta, de conversar com você. Eu mesma interrompi meu trabalho porque exigia também verdadeiros malabarismos artísticos para conciliar esses dois elementos, sem torná-lo muito maçante, ou anti-ético, com a eliminação da voz do narrador.

P.: Mary, eu gostaria que você falasse um pouquinho do trabalho a que está dando início, que é sua experiência com História Oral com psicanalistas. Como é que foi esse processo, tipo de narrativa, a capacidade de suportar os silêncios e, um pouco, essa inversão de papéis, colocando aquele que supostamente escuta no lugar daquele que supostamente fala?

R.: No Departamento de História Oral, temos um projeto, sobre a história da psicanálise, orientado por uma psicanalista que entrevistou dez ou onze das pessoas analisadas por Freud e por seus colaboradores mais próximos. Esse acervo, apesar de pequeno é composto por entrevistas bastante longas e tornou-se muito famoso, sendo consultado por pessoas de todo o mundo. Ganhei uma bolsa para entrevistá-la sobre as recordações que guardava, depois de 25 anos, a respeito da subjetividade durante as entrevistas com aquelas pessoas. A história é fascinante, mas, na verdade, estou encontrando muitas dificuldades nesse projeto, porque nós duas temos tanta consciência da subjetividade em nosso relacionamento, nas entrevistas, que estamos

achando muito difícil encontrar uma saída e tornar a subjetividade realmente transparente. Essa colocação é muito vaga, porém, não cheguei a uma conclusão quanto à forma de abordar esse elemento na entrevista. Parece-me que sua pergunta não se limita a isso, mas não entendi o verdadeiro sentido da questão formulada. Se você pudesse explicar melhor, talvez eu conseguisse...

P.: Embora seja um trabalho que você ainda não finalizou, gostaria de entender o recorte do projeto, quer dizer, quais seriam os objetivos e sua experiência com um grupo familiarizado com a situação da entrevista.

R.: A motivação do projeto foi simplesmente tentar responder a algumas das questões fundamentais sobre a Psicanálise como movimento que é hoje e que continua a existir. Pelo menos nos Estados Unidos deixou de ser, de fato, uma profissão viável. Há uma guerra entre psicólogos e psiquiatras, e não existe nenhum espaço para a Psicanálise, devido às mudanças no setor da Previdência. O terapeuta, qualquer que seja sua especialidade, só será reembolsado por, no máximo, três consultas — em alguns casos, talvez por dez. Isso aconteceu nos últimos seis ou sete meses em meu país, sendo, portanto, um dos fatores responsáveis por essa situação.

Por isso, estou muito interessada no papel que a Psicanálise vem desempenhando no aprofundamento de nossa compreensão da história, por um lado, e no aprofundamento de nossa compreensão da teoria literária, por outro e, é lógico, no impacto da psicanálise sobre o método da História Oral. E essa mulher é, incontestavelmente, uma especialista no método da História Oral, tendo entrevistado inúmeras pessoas, a quem fez as mesmas perguntas: qual a história da Psicanálise, qual o futuro desta ... E, como já disse, há uma espécie de subjetividade em nossas entrevistas, que ainda está muito pouco elaborada.

É muito estranho, mas ela tem um certo receio de ser entrevistada por mim — também somos amigas —, ela chegou a ser excessivamente cordial, afirmando saber que sou boa entrevistadora, que já lhe contei histórias de outras pessoas que entrevistei, e me garantiu que estava apavorada. Respondi: “Mas você é a psicanalista mais famosa de Nova York, eu é que estou com medo de você, o que vamos fazer?”.

Na primeira sessão de entrevistas, ela estava extremamente perturbada, não dormia há várias noites e disse-me: “Tive um sonho” — parecia realmente louca. “Esta noite, sonhei que um pássaro gigantesco mordeu meu lábio”. E nela acreditei, embora

observasse: “Acho que foi só uma queimadura de cigarro, e não sei o que isso significa”. Assim, percebi que ela esperava que eu a analisasse ... e observei: “Não tenho condições de interpretar o sonho”. Conversamos sobre isso e o que significa para a História Oral, e ela me assegurou: “Para mim, o sonho representa uma fragilidade da memória, e estou muito assustada, como se iniciou esse processo? Se não posso confiar em minha própria memória, isso é memória ou subjetividade?”.

Tive o cuidado de ligar o gravador, a fim de registrar tudo isso e, muito nervosa, comecei a entrevista, indagando-lhe: “Onde você nasceu?, Em que escola estudou?”, etc., porque ela parecia, na realidade, bastante louca e eu me sentia muito temerosa e insegura quanto a minhas aptidões para interpretar, pois ela esperava que eu interpretasse aquele episódio, aquela recordação. Por isso, afirmei-lhe: “Mas não tenho condições de lhe dizer como é a memória, teremos de discutir mais esse assunto, à medida que prosseguirmos”.

Tivemos, então, duas sessões, eminentemente documentárias, em que ela narrou sua história de vida da maneira que pedi. Contou que nascera na Rússia, que vivera em segredo nos Estados Unidos, como comunista; falou muito sobre os primeiros anos de sua infância e romanceou-os tanto que a narrativa tornou-se para mim extremamente cansativa — e não foi o único caso em que isso ocorreu —; contou que, na Rússia, com frequência, era obrigada a dormir nos pomares de cerejeiras devido aos bombardeios; não podia ficar em nenhuma edificação, pois todas estavam sendo bombardeadas. Na época da revolução bolchevique, ela ainda era criança — e era uma mentira muito interessante —, mas narrou a história como se, em momento algum, houvesse corrido perigo. Seus pais sempre fizeram com que se sentisse sã e salva. E repetiu a mesma história vezes sem conta: como era privilegiada, pois, apesar de não ter dinheiro, era rica, graças à riqueza de seus ancestrais. Sempre se sentira rica porque seus antepassados possuíam objetos de valor em número suficiente para vender e conseguir segurança financeira. Mudaram-se para os Estados Unidos, etc., etc.. Ela foi morar no Bronx, sendo obrigada a estudar inglês durante anos. O Bronx é um bairro muito pobre da cidade de Nova York, porém ela não se incomodava em viver na parte mais miserável daquela área, porque, na verdade, sabia que sua situação era incomparavelmente melhor do que a dos outros que ali moravam.

Não demorei a perceber que ela sofria de culpa do sobrevivente, pois nem sequer conseguia tirar proveito das condições de relativa pobreza em que vivia, porque

havia outros ainda mais pobres. Finalmente, na terceira sessão, depois de muitas horas, perguntou-me: “O que você está achando desta entrevista?”. E ponderei se devia lhe contar a verdade, pois tomei consciência de algo que faço — em geral sem perceber —, ou seja, detenho o poder, porque estou ciente de que, em algum nível, ocorre a transferência e não desejo fazer uma interpretação que torne transparente essa dinâmica de poder; caso contrário, meu poder será menor. Portanto, em outras circunstâncias, eu não revelaria a ninguém, tão prontamente, o que estou pensando. No entanto, refleti: “Mas ela é analista e sabe o que está pedindo que eu faça, está me pedindo que eu penetre nessa transferência que já está ocorrendo”. E, na falta de alternativa, dei-lhe minha opinião sincera, respondendo: “Parece-me que você de fato romanceou os primeiros anos de sua infância”. Para mim foi muito estranho dizer isso justamente para aquela analista tão famosa que, quando tinha 25 anos, fizera terapia com Margot Mallory, por um período de apenas nove meses, e que supostamente era tão sábia ... E observou: “Concordo com você”.

Ela estava apenas se certificando de que eu estava a seu lado e optara por aceitar o desafio de fazer a própria análise. E, com isso, as entrevistas transformaram-se em uma espécie de auto-análise, que, na verdade, era o trabalho que desde o início a motivara, por ter participado da vida acadêmica em Nova York, quando era ainda bastante jovem, e por ter conhecido o trabalho — e aqui menciono de novo, na mesma palestra, o nome de Karen Horney, que recentemente chegou da Europa para falar sobre e escreveu um livro a respeito da possibilidade da auto-análise, a fim de radicalizar esse processo, desobrigando as pessoas de entregar sua interpretação à outra. Por isso, agora agradeço a você por ter feito essa pergunta, pois passei a enxergar com mais clareza o ponto em que estamos, na entrevista, porque, de certa forma, ela se apossou desse trabalho analítico e parece-me que terei de descobrir meu próprio papel nessa subjetividade.

P.: Eu me interessaria em saber qual é o destino dessas entrevistas, desse trabalho todo de interação com o entrevistado, depois que chegam ao arquivo da Universidade de Colúmbia. A equipe faz algum tipo de análise das entrevistas? E gostaria de saber também se vocês têm uma estimativa do público de fora, quantas pessoas vão consultar essas entrevistas, e que destino as fitas têm na consulta, quer dizer, servem para outros estudos, para livros, servem enquanto documentos históricos, ou têm outro destino?

R.: Bem, eu devia ter mencionado isso antes, porque a limitação do tipo de trabalho que normalmente realizamos é que depois não fazemos uma interpretação, pois ficamos inteiramente envolvidos na produção de um arquivo que será usado por outras pessoas. Por outro lado, nosso arquivo é muito bem aproveitado. A cada ano, mais de 2.000 pesquisadores e historiadores escrevem livros baseando-se no acervo. Existem de 1.500 a 2.000 livros sobre a história dos Estados Unidos, escritos a partir do acervo. Recentemente, um pesquisador do *Berlin Institute of Psychoanalysis* procurou nossos arquivos, com o objetivo de estudar as entrevistas de caráter psicanalítico, a fim de usá-las em uma publicação que está organizando. No caso da psicanalista responsável pelo projeto de história da Psicologia, vou fazer um trabalho sobre a experiência de entrevistá-la, e nele também apresentarei as conclusões a que cheguei sobre a natureza de nosso relacionamento e o que isso nos revela no tocante às formas pelas quais podemos interpretar a subjetividade no contexto da entrevista. Neste caso, tenho em mente um destino específico, ou seja, tentarei aproveitá-lo para interpretar ainda mais o método, do ponto de vista psicológico.

Retomando: nosso arquivo é amplamente utilizado e, cada vez mais, por cineastas e escritores. Tive uma experiência muito estranha, há pouco tempo, porque uma pessoa queria transformar sua própria história oral em livro e pediu-me que eu encontrasse um editor. Normalmente, não fazemos isso, eu nem sequer sabia a quem recorrer e liguei para dois agentes literários que por acaso conhecia, em Nova York. Achei que deveria dar uma explicação sobre o Departamento de História Oral, sobre o que fazemos, mas não conseguia terminar uma sentença que fosse, pois me interrompiam, dizendo: “Claro que conhecemos o trabalho que vocês desenvolvem e que sabemos quem você é; todos os nossos escritores usam seus arquivos”.

Para mim, foi um choque, mas na verdade, o Departamento é muito conhecido e os arquivos, muito bem aproveitados. Isso porque somos muito rigorosos no tocante às pesquisas documentárias que constituem nosso ponto forte. Procuramos fazê-las com muita exatidão, e as entrevistas que realizamos são bem fundamentadas nas pesquisas. Calculamos que, para cada hora de conversa gravada em fita — se estivermos contratando você, por exemplo, para entrevistar alguém — exigiríamos que fizesse, em primeiro lugar, extensas pesquisas e, em segundo, talvez dez horas de pesquisas para cada hora de fita. Você teria de ler tudo o que encontrasse sobre a história da Psicanálise e de consultar as entrevistas referentes a esse assunto, que já se encontram em nosso acervo, e só então começaria.

P.: Dentro do universo em que se vai decidir, por exemplo, o número de pesquisadores, deve ser colocada uma pauta de trabalho. Como é que se dá prioridade, como se selecionam os temas? É feita uma pesquisa pública para saber os temas que são prioritários nesse momento? Mais uma pergunta: se todo o material do arquivo pode ser livremente utilizado e se um cineasta pode utilizá-lo para romancear uma história, se o acesso é livre para qualquer pessoa.

R.: Como resposta à segunda pergunta, temos os direitos autorais de todas as entrevistas constantes do acervo e é interessante, no caso de cineastas e escritores de ficção, porque essa não é exatamente nossa área de atuação, mas os arquivos, é claro, são abertos ao público. Qualquer pessoa pode ter acesso a eles e usá-los como quiser.

Quanto a historiadores e escritores que recorrem ao acervo com o objetivo específico de reproduzir citações, pedimos — embora não possamos obrigá-los a agir assim — que voltem a nos procurar, quando terminarem a pesquisa no acervo, e nos mostrem de que formas usaram determinada citação. É evidente que, se a usaram erroneamente, nós os informamos de que não podem usá-la.

Legalmente, temos os direitos autorais da entrevista em questão, porém, desde que lá comecei a trabalhar, houve apenas um caso, e trata-se de um procedimento muito simples. Gostaria, como resposta a sua pergunta, que um maior número de pessoas procurasse o arquivo, apenas a fim de ouvir mais histórias e de aproveitá-las para escrever obras de ficção, roteiros de peças — acho que seria uma excelente forma de aproveitá-lo, mas acredito que a maioria não faz isso.

Respondendo à primeira pergunta, temos restrições muito rígidas quanto às pessoas que podemos entrevistar, pois não recebemos dinheiro algum, nem da prefeitura, nem da universidade para realizarmos o trabalho. Somos obrigados, a cada ano, a arrecadar todas as verbas necessárias, até mesmo nosso salário, por isso, os projetos se tornam muito limitados. Em outras palavras, podemos apenas nos dar ao luxo de entrevistar aqueles que têm condições de pagar para serem entrevistados, fato que, infelizmente, vem preservando o caráter elitista do arquivo. Nos últimos dez anos, desde que Ronald Grele assumiu a direção deste, a política mudou. Usamos dinheiro dos ricos, a fim de subsidiar projetos feitos com pessoas pobres, e também fundamos um Centro de Estudos de Gays e Lésbicas.

Fazer essas histórias mais paralelas significa que recebemos menos dinheiro do que antes. Nossa situação financeira é agora desesperadora. Também neste caso tentamos

conseguir dinheiro de quem tem mais recursos para pagar e, então, usamos essas verbas para financiar projetos de nossa escolha. E não dispomos de nenhum sistema para escolher projetos. O diretor e eu estamos abertos a sugestões do público e, com bastante frequência — pelo menos duas vezes por semana —, alguém nos apresenta uma idéia para um projeto, por exemplo, veteranos da guerra do Vietnã e, mais recentemente, veteranos da guerra do Golfo, mulheres que nela lutaram. Procuramos e fazemos uma proposta e, caso seja aprovada, escrevemos para as agências de financiamento que conhecemos e se o projeto for aceito ...

Isso aconteceu recentemente com o projeto sobre a AIDS. Dois médicos nos procuraram porque desejavam fazer a história de outros cinquenta, que foram os pioneiros no atendimento de pacientes aidsicos no consultório e, depois, aproveitaram as informações para pesquisas em trabalhos acadêmicos. Esses dois médicos vieram até nós; o projeto foi aprovado e todos escrevemos cartas para agências de financiamento. Ambos atuaram como consultores para nós, no decorrer das cinquenta entrevistas — é assim que trabalhamos. Portanto, se você entrasse em contato conosco e expusesse uma idéia, teria de apresentá-la por escrito e nós a discutiríamos com você, que então redigiria uma narrativa a partir dela. Só depois disso decidiríamos se o projeto seria ou não levado adiante.

P.: Você diz que vocês têm poucos recursos e têm de levá-los para manter o programa, a fim de pagar o salário das pessoas, e quando vocês recebem solicitações como essa, que você mencionou, do projeto de entrevistas com médicos que trabalharam com a AIDS, você diz que vai buscar dinheiro —, mas como é que isso funciona, quer dizer, onde é que vocês conseguem buscar, são agências de financiamento do governo, são as próprias instituições ligadas à AIDS? Eu queria que você falasse um pouco sobre essa parte dos recursos.

R.: Recorremos basicamente a dois lugares: pequenas fundações filantrópicas administradas por famílias e agências governamentais. Para o projeto sobre a AIDS, recebemos uma quantia limitada, do *National Endowment for the Humanities*, que teve um corte de 80% no orçamento nos últimos seis meses; por isso, não sei se voltarão a contribuir conosco. Às vezes, conseguimos dinheiro de fundações municipais e federais, mas hoje isso é muito raro. Portanto, estamos dependendo cada vez mais de entidades filantrópicas, de pequenas fundações que nos reservam verbas para projetos que poderíamos vir a fazer.

P.: Além de História, tem a área de Teologia, então me interessaram algumas colocações que você fez. Você falou sobre a Teologia da Libertação. Não sei se você se familiarizou com o trabalho de reconstituição histórica da Igreja, aqui no Brasil, através do Cefla e o papel da História Oral, que acabou sendo interpretado de maneira difusa, dentro das liturgias, como instrumento de conscientização de massas ou de pequenas comunidades, ou núcleos de base. O que você acha dessa interpretação que o movimento da Libertação fez dessa oralidade que chegou às comunidades, você acompanhou, o que achou disso?

R.: Antes de mais nada, tenho poucos conhecimentos a esse respeito, porém estou muito interessada no assunto. Na verdade, desconheço a história, o movimento específico a que você está se referindo. Mas você conhece o trabalho de Paulo Freire, sabe de quem estou falando. Ele trabalhou, até certo ponto, com os movimentos de História Oral nos Estados Unidos. É uma pena, mas desconheço essa história específica —, porém, gostaria de voltar ao Brasil para estudar alguns desses movimentos. Sinto-me muito frustrada por não conhecê-los.